



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

**Projeto de Iniciação Científica
submetido para avaliação no Edital:
Nº 4/2022**

Título do projeto: A moral em Holbach

Palavras-chave do projeto: Ateísmo, Holbach, Moral, Materialismo

Área do conhecimento do projeto: Filosofia

Subárea do conhecimento: Ética

Sumário

Resumo	2
Justificativa e desenvolvimento	2
Objetivos	11
Metodologia	11
Viabilidade	11
Cronograma	11
Bibliografia	12

Resumo

Este projeto tem como recorte temático as reflexões morais do filósofo Paul-Henri Thiry d'Holbach, eternizado pela história da filosofia como o Barão d'Holbach (1723-1789), mais precisamente a sua crítica aos valores e às normas de comportamento e convivência vigentes na sua Europa do século XVIII e a relação do seu materialismo ateu com as ideias de virtude e felicidade, tendo como base duas de suas obras fundamentais, o *Sistema da natureza*, de 1770, e *A moral universal*, de 1776.

Justificativa e desenvolvimento

Holbach foi um filósofo iluminista franco-alemão e também um dos principais expoentes do materialismo do século XVIII. Nascido em 1723, Holbach foi um dos colaboradores da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, tendo escrito verbetes sobretudo de química, metalurgia e mineralogia. Em seu principal livro, *O Sistema da Natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral*, de 1770, Holbach se propõe a realizar, segundo Fábio Ávila, um de seus estudiosos brasileiros,

“[...] por um lado, uma exposição clara e precisa dos fundamentos do materialismo, que é feita através da apresentação de preceitos simples e facilmente assimiláveis que o sustentam, tais como a ideia de que a matéria possui, em si mesma, todos os seus atributos [...] Por outro lado, há um movimento crítico que se dirige à filosofia tradicional, que tem seus fundamentos na teologia e na metafísica, que ele denomina filosofia espiritualista.” (ÁVILA, 2018, p. 25-26)

Holbach acredita que a razão possui a capacidade de compreender e desvendar a natureza, o que significa, nessa sua visão otimista de conhecimento e também materialista, como veremos, da natureza, que a razão possibilita ao homem conhecer o mundo físico, material, que é o único mundo que realmente existe para ele. Sendo assim, o homem teria o poder de desenvolver certos conhecimentos para entender o funcionamento da realidade. Essa apreensão da realidade pelo conhecimento racional ocorreria por meio da experiência do ser humano em interação com os objetos e fenômenos do mundo. No entender de Holbach, além da razão, a única coisa que o homem traz ao mundo logo ao nascer é a sua faculdade de sentir e de perceber, de onde derivará a sua capacidade de conhecer, como podemos ler na seguinte passagem de seu livro *A moral universal, ou os deveres do homem fundamentados na sua*

natureza, de 1776: “O homem não traz, ao vir ao mundo, senão a faculdade de sentir; e de sua sensibilidade decorrem todas as faculdades consideradas *intelectuais*” (HOLBACH, 2014, p.5, grifo do autor).

O esforço de Holbach para sistematizar uma moral baseada no único mundo que existe realmente, que é o nosso mundo físico e material, vemos no seu livro *A moral universal*. Como é descrito no subtítulo desse livro, o filósofo procura realizar um exercício de construção de uma moral que esteja em consonância com a natureza humana. Para isso, Holbach leva em conta os atributos que o homem possui naturalmente, mais precisamente, os seus apetites e sentimentos, e condena as antigas morais elaboradas para serem seguidas apenas por ascetas, como podemos concluir da seguinte passagem de *A moral universal*:

“Toda moral que pretender tirar o homem de sua esfera, elevá-lo acima de sua natureza, que lhe disser para não sentir nada, para ser indiferente quanto ao prazer e a dor, para se tornar impassível à força de raciocínios, para deixar de ser um homem, bem poderá ser admirada por alguns entusiastas, mas não convirá jamais a seres que a natureza fez sensíveis e repletos de desejos.” (HOLBACH, 2014, p. XV)

Valendo-se de tal passagem, podemos entender que o que Holbach faz é, antes de tudo, pensar uma moral que seja útil aos homens em sociedade, a seres humanos reais, e não uma moral abstrata e idealizada que seja adequada apenas para seres divinos, sem corpo ou em guerra contra o próprio corpo. Nesse sentido, faz-se necessário apresentar as questões fundamentais expostas em sua *A Moral Universal*. Para isso, faremos uma breve análise das três seções que compõem o livro. No entanto, antes é preciso entender o que o autor deseja dizer quando fala em moral.

A moral, para Holbach, é, em linhas gerais, a compreensão do que o ser humano deve fazer ou deve evitar para fugir do sofrimento e do mal-estar e viver conforme o prazer. Como define Holbach no primeiro capítulo de *A moral universal*, “a moral é o conhecimento daquilo que devem necessariamente fazer ou evitar os seres inteligentes e racionais que queiram se conservar e viver felizes em sociedade.” (HOLBACH, 2014, p.3). Para Holbach, o homem é um ser sensível, logo, sua natureza mostra-lhe desde cedo os perigos do mundo através das sensações de dor e as coisas boas por meio do prazer. Detentor de racionalidade e sensibilidade, o que o homem mais deseja é sobreviver de forma agradável em sociedade, e isso significa se proteger de agruras e evitar o sofrimento.

Na primeira parte de *A Moral Universal*, o autor expõe seu entendimento sobre qual deveria ser o fundamento de uma moral que fosse benéfica ao homem. Holbach percebe o homem como um ser absolutamente físico, que é constantemente afetado pelos acontecimentos da natureza e da sociedade, logo, as ações humanas seriam determinadas pelas experiências que cada um de nós passa ao longo de nossas vidas. Desse modo, para o filósofo, uma moral deve ser fundamentada na natureza humana, ou seja, “fundamentada na sua essência, nas propriedades e qualidades que se encontram constantemente em todos os seres da sua espécie, pelas quais ele é distinto de outros animais. De onde se vê que a moral supõe a ciência da natureza humana” (HOLBACH, p. 3, 2014). Com isso, percebe-se a necessidade de se investigar, como faz Holbach, quais seriam as propriedades constituintes do ser humano, suas características naturais, pois, na concepção do autor, seriam elas os fundamentos de sua proposta moral para substituir a moral vigente no seu tempo, de cujos fundamentos ele discorda totalmente.

Holbach, em *A moral universal*, destaca o meio pelo qual o homem consegue apreender os dados da realidade, e esse meio são os sentidos, os quais lhe possibilitam a experiência. A experiência, por sua vez, Holbach a entende como um processo de relações de causa e efeito entre os objetos e os acontecimentos da natureza e do homem. Portanto, conhecer a natureza por meio da experiência seria “o conhecimento das causas por seus efeitos sobre os homens” (HOLBACH, 2014, p. 42). Entretanto, as experiências humanas se dão por meio dos sentidos de cada um, e esses sentidos podem por vezes enganar os homens, fazendo com que eles percebam coisas que, na realidade, não são do jeito percebido ou que sequer ocorram de fato.

A ignorância, para Holbach, é a verdadeira causa dos equívocos humanos. Nesse sentido afirma o autor: “O erro é o fruto de experiências malfeitas, de julgamentos precipitados, da inexperiência total que se chama ignorância, do delírio da imaginação e da perturbação dos nossos sentidos.” (HOLBACH, 2014, p.46). A experiência atenta leva o ser à verdade, que é entendida pelo autor como sendo “a conformidade dos juízos que emitimos com a natureza das coisas”(HOLBACH, 2014, p.46). Sendo a educação o meio pelo qual podemos passar o conhecimento dos mais velhos para os mais jovens, é nítido que ela deve se basear na experiência dos mais antigos para que consiga passar a realidade para aqueles que ainda não experienciaram muitas das sensações presentes no mundo. Nesse ponto, Holbach critica os filósofos da antiguidade para quem o conhecimento era proveniente não das

experiências apreendidas no mundo físico, mas sim de abstrações transcendentais. Segundo Holbach, é dessas concepções errôneas da realidade que provêm os erros humanos. “Geralmente, é possível dizer que os primeiros esforços da filosofia, pela falta de princípios seguros, não produziram senão erros entremeados com algumas verdades” (HOLBACH, 2014, p. XVII). Holbach refere-se aqui especialmente aos religiosos e aos pensadores que Fábio Ávila, por exemplo, chama de “pensadores espiritualistas” (cf. ÁVILA, 2018, p.26). Para Holbach, a religião cultivou no espírito dos homens os mais variados preconceitos, sobretudo preconceitos morais, os quais lhes dificultaram, ao longo da história, a experiência de uma vida feliz. E em contraposição a essa moral da tradição, a essa moral de princípios e fundamentos religiosos, que tanta infelicidade causou à humanidade, que Holbach apresentará a sua proposta de uma moral laica, que leve em conta a natureza estritamente material do homem, e que o conduza, por fim, à experiência da felicidade.

Holbach chama de “deveres da moral” esse caminho para que o homem chegue à felicidade, isto é, a uma vida voltada ao prazer e ao mesmo tempo distante da dor. A propósito desses “deveres da moral” escreve o nosso filósofo: “são os meios que um ser inteligente e suscetível de experiência deve adotar para obter a felicidade para a qual a sua natureza o força a tender incessantemente” (HOLBACH, 2014, p.4).

Para Holbach, como os homens não possuem conhecimentos inatos e o conhecimento é fundamental para a felicidade, faz-se necessário construir esse conhecimento. As sensações seriam esse meio que a natureza humana disponibiliza ao homem para que ele consiga conhecer a realidade e assim identifique quais escolhas e ações ele deverá efetivar para ter uma vida feliz. Essas sensações são totalmente dependentes da estrutura do corpo humano, logo, como nenhum indivíduo possui o mesmo corpo que o outro, nem mesmo os gêmeos, nenhum ser sente e percebe da mesma forma que o outro, o que é interpretado por Holbach como a razão de existirem tantas opiniões distintas no que concerne à realidade. Esta ideia é exposta na seguinte passagem:

“Esta sensibilidade é mais ou menos viva de acordo com o maior ou menor refinamento e mobilidade com que a natureza dotou os seus órgãos, segundo a qualidade dos fluidos e dos sólidos pelos quais o seu organismo é composto, de onde decorre a variedade dos seus temperamentos e das suas faculdades.”(HOLBACH, 2014, p.10)

A explicação holbachiana é de que as sensações imprimem ideias dentro do espírito humano, o qual, por sua vez, é material; essas sensações provocam impressões que levariam à formação da consciência e do conhecimento do mundo. No entanto, é necessário que algum dispositivo consiga distinguir as boas sensações daquelas que trazem infortúnios para o indivíduo, e tal dispositivo Holbach chama de “juízo”. O juízo compararia as sensações que os objetos com que se tem contato provocam nos sentidos, e desse contato teríamos as impressões, que são vivências que acabam guardadas na memória, de modo que o juízo possa dispor delas para realizar suas comparações e, por conseguinte, suas deliberações de ordem prática. No entanto, quanto mais idade os homens adquirem, mais experiências sensoriais eles acumulam, por consequência, no entender do empirista Holbach, mais sábios eles vão ficando. Tal agilidade que se adquire com a experiência é chamada por Holbach de “espírito”.

Após explicar o modo como a experiência é a base do conhecimento, Holbach realiza uma investigação sobre a forma como os objetos exteriores afetam os homens no plano das paixões, e como isso se relaciona com a moral. Como já foi ressaltado anteriormente, para Holbach, todo ser tem repulsa à dor e atração pelo prazer, e isso até entre os animais não humanos, os quais fazem tal distinção por instinto, e que Holbach entende como algo próximo da racionalidade humana. No entanto, Holbach afirma que a vontade de se conservar do homem é maior do que o amor pelos prazeres que ele encontra no mundo, como lemos na sua *A moral universal*:

“Tudo aquilo que causa dano à saúde do corpo, tudo aquilo que perturba as faculdades intelectuais ou a razão do homem, tudo aquilo que o torna nocivo – para si mesmo ou para os outros – deve ser considerado vicioso e criminoso, e não pode ser aprovado pela moral sadia. Se a temperança é uma virtude, a intemperança é um vício que pode ser definido como o hábito de se entregar aos apetites desregrados do paladar”(HOLBACH, 2014, p.264)

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que Holbach é contrário a uma moral ascética, na qual todas as formas de prazer são condenadas como sendo prejudiciais ao indivíduo, ele também condena a entrega sem regras aos prazeres. Na verdade, Holbach pensa como proposta uma moral que seja um conjunto de valores e normas de comportamento e de sociabilidade que seja condizente tanto com as necessidades da natureza humana dos indivíduos quanto com as necessidades da vida em sociedade, no sentido de contribuir o

máximo possível para a realização do bem comum, o qual, por sua vez, seria a felicidade geral.

Sabendo que alguns prazeres podem levar ao vício, Holbach condena uns, que chama de “prazeres enganosos”, enquanto exalta outros pela sua utilidade, os quais ele chama de “prazeres verdadeiros”, visto que estariam de acordo com o desejo de conservação e também de felicidade do ser humano. Para que essa distinção possa ser feita pela razão, Holbach divide os prazeres em duas categorias: a categoria dos prazeres físicos ou sensoriais, prazeres estes que se dão mediante a excitação dos sentidos, e a categoria dos prazeres intelectuais, ou seja, os prazeres gerados pela contemplação, estes proporcionados pela filosofia e pela reflexão em geral. Holbach entende que os prazeres intelectuais seriam moralmente superiores aos prazeres sensoriais pelo simples fato de que a fonte dos primeiros se encontra dentro de cada indivíduo, enquanto os prazeres físicos demandam sempre que se esteja em contato com o objeto que causou a sensação de prazer. Por fim, feita essa distinção, o entendimento do filósofo sobre a utilidade dos prazeres é o seguinte: “O prazer deixa de ser um bem para se tornar um mal a partir do momento em que produz em nós, seja imediatamente, seja em seguida, efeitos prejudiciais à nossa conservação e contrários ao nosso bem-estar permanente” (HOLBACH, 2014, p. 15).

Além do amor ao prazer e do temor à dor, o ser humano também possui outras características que o constituem. Uma delas é a necessidade. Segundo Holbach, necessidades são todas aquelas coisas que são úteis para a conservação humana. Nesse sentido, existem dois tipos de necessidades, as naturais e as criadas. As necessidades naturais seriam aquele grupo de ações que todo homem tem de realizar por conta da imposição da sua natureza, ou seja, dormir, comer, proteger-se do frio e do calor excessivos, entre outras. Já as criadas são todas as necessidades que foram imaginadas pelo ser humano conforme as sociedades foram se tornando cada vez mais sofisticadas. Trata-se do luxo e de tudo o que for supérfluo, ou seja, tudo o que não for vital para a nossa sobrevivência, como podemos ler na seguinte passagem de *A Moral Universal*:

“É chamado de *necessidade* tudo aquilo que é útil ou necessário, seja para a conservação, seja para a felicidade do homem. As necessidades consideradas *naturais* são as de se alimentar, se vestir e se proteger das injúrias do clima e de se reproduzir. [...] A pele dos animais é suficiente para vestir um selvagem, ao passo que o habitante de um país onde reina o luxo quando não tem trajes magníficos, nos

quais sua imaginação lhe mostra o meio de fazer que os outros tenham uma alta ideia sobre ele.” (HOLBACH, 2014, p. 21, grifo do autor)

O problema que Holbach percebe nas necessidades criadas é que muitas vezes os homens se tornam escravos delas, não conseguindo viver sem realizá-las, o que ocasionaria a perda de controle do sujeito sobre sua própria vontade. Sendo o homem um ser racional, sua moral exige que ele se controle para que sua vontade não se torne nociva nem para si, nem para os outros à sua volta. Nesse sentido, a felicidade pode ser entendida, como afirma Holbach, como a “harmonia entre as nossas necessidades e o poder de satisfazê-las” (HOLBACH, 2014, p. 22).

Após discorrer sobre as vontades e necessidades do ser humano, Holbach passa a se ater ao entendimento da natureza humana e à maneira como as pessoas agem dentro da sociedade. Holbach entende o homem basicamente como um ser que age sempre tendo em vista os seus próprios interesses. Cada um primeiro pensa nos benefícios que suas ações podem ocasionar para si mesmos. Nesse sentido afirma Holbach: “É, pois, indubitável que todos os indivíduos da espécie humana não agem e não podem agir senão por interesse. A palavra *interesse*, assim como a palavra *paixão*, não apresenta ao espírito senão o amor por um bem, o desejo pela felicidade” (HOLBACH, 2014, p.25, grifo do autor). No entanto, o homem, sendo um ser social, que depende desde sua tenra infância de outros indivíduos para sobreviver, percebe que agir de forma agradável para com os outros também é benéfico para ele próprio. Nesse sentido, uma moral racional que se baseia na natureza humana deve levar em conta, além da felicidade da própria pessoa, o bem dos outros que vivem em sociedade com ela, pois estes, na prática e em última instância, ajudam-na a ser feliz. Conclui Holbach então que o interesse inteligente, racional, verdadeiramente justo, é aquele que leva em conta tanto o bem individual quanto o bem público: “longe de constituir o projeto insensato de apagar no coração do homem o amor essencial e natural que ele tem por si mesmo, a moral deve servir-se dele para lhe mostrar o interesse que tem em ser bom, humano, sociável e fiel aos seus compromissos” (HOLBACH, 2014, p.33).

Além disso, é importante ressaltar que Holbach também distingue os interesses em duas categorias gerais: os interesses louváveis e os interesses não louváveis. Os louváveis seriam aqueles que fazem com que o indivíduo se torne útil à sociedade, levando-o para o caminho da benevolência. Já os interesses não louváveis seriam aqueles interesses que têm

por finalidade apenas a felicidade egoísta de uma pessoa que não tem vergonha de se utilizar de outros para conseguir o que quer.

Na segunda parte de *A moral universal*, Holbach trata diretamente das práticas da moral. Nela, há a apresentação dos deveres de cada camada da sociedade e como elas devem agir em suas relações. Michel Onfray, em sua reflexão sobre a moral de Holbach no seu livro *Contra-história da Filosofia 4: os ultras das luzes*, afirma que, para o barão, “a política e a ética não são dois mundos separados, mas dois modos diferentes de se ocupar de um mesmo mundo” (ONFRAY, 2012, p.246). Em outras palavras, Holbach entende que a vida moral e a vida política se confundem na prática. Os soberanos, segundo Holbach, têm a responsabilidade e o dever moral de assegurar a segurança e o bem-estar aos seus cidadãos, sejam esses soberanos monarcas ou membros de repúblicas ou democracias; o dever do soberano é pensar sempre no bem público em primeiro lugar, a fim de garantir a equidade entre seus súditos ou cidadãos. Nesse sentido, Holbach entende que a política deve ser submetida à moral, logo, um bom soberano deve seguir os preceitos morais para que não se corrompa no meio público. O filósofo ainda destaca que a tirania é fruto, sobretudo, das mentiras que os bajuladores contam ao soberano. Se este fosse informado sobre as verdades do seu país, ele não seria cruel com os seus cidadãos, como lemos na seguinte passagem de *A moral universal*:

“Se não existisse nenhum adulator, não haveria tiranos sobre a Terra. A adulação é, portanto, evidentemente, a mais nega traição; é um crime detestável que, depois de ter entregue a sociedade à tirania, expõe o tirano a revoluções terríveis e, muitas vezes, à sua própria destruição. O adulator é o mais perigoso inimigo dos povos e dos reis” (HOLBACH, 2014, p.228)

As leis e a justiça são, no entender de Holbach, os mecanismos que a sociedade impõe a si mesma para que ela consiga se organizar. A justiça seria o meio que a sociedade encontrou para conseguir coagir os indivíduos para que pensem no bem-estar comum de todos, à custa da limitação da liberdade de cada um. Ou seja, Holbach não acredita que a liberdade ilimitada possa ser algo benéfico para as pessoas coletivamente, ele entende que é necessário sim que algumas atitudes sejam proibidas a fim de realizar o bem comum: “No estado de sociedade, os direitos dos homens ou a liberdade de agir são limitados pela justiça, que lhe mostra que eles não devem agir senão de uma maneira conforme ao bem-estar da

sociedade, feita para interessá-los, porque eles são os membros dela” (HOLBACH, 2014, p.86).

As leis, segundo Holbach, são as regras de conduta que a sociedade impõe aos seus indivíduos, são a forma encontrada para fazer com que cada um se comporte de forma justa na vida coletiva. No entanto, nem as leis, nem a autoridade, são justas por si mesmas, não são elas que ditam a moralidade, e sim o contrário. As leis e a autoridade serão justas apenas quando conduzirem a sociedade para uma vida comum de felicidade. Nas próprias palavras de Holbach, “as leis são justas quando mantêm cada membro da sociedade em seus direitos; quando o preservam de qualquer violência; quando proporcionam a cada um o gozo de sua pessoa e dos bens necessários à própria conservação e felicidade” (HOLBACH, 2014, p.87).

Já na terceira parte de *A moral universal*, Holbach descreve os deveres da moral no plano estrito da vida privada, abordando tópicos sobre, por exemplo, o modo como os cônjuges devem se comportar um com o outro e a maneira como devemos educar as crianças. Entretanto, a principal questão dessa terceira parte do livro é como devemos tratar nossos semelhantes, isto é, nossos amigos, cônjuges, empregados ou patrões. Holbach sentencia que o mais importante em uma relação entre indivíduos é o tratamento com equidade. Um nobre que maltrata seus empregados e atrapalha o bem-estar deles não é digno de ser respeitado. É necessário que a justiça e a equidade sejam a base de todas as relações humanas. Nesse sentido, a moral deve apresentar a todos os indivíduos racionais meios para que eles consigam ser estimados por seus concidadãos, a fim de haver um melhor convívio entre eles, assegurando, dessa forma, o bem-estar da sociedade, condição para a felicidade geral.

Por considerar o homem numa perspectiva geral e ampla, podemos dizer que a proposta da moral holbachiana é uma moral de alcance universal, portanto, uma moral aplicável a qualquer ser humano, em qualquer parte do planeta e em qualquer momento histórico, pois seu fundamento é a natureza humana, que é essencialmente material, e que leva o homem sempre a evitar a dor e a buscar o prazer. Em nenhum momento Holbach busca justificar sua ética em transcendências e abstrações sem vínculo com a experiência ou com o físico, como a ideia de imortalidade da alma, por exemplo. Na verdade, e é importante salientarmos, a moral de Holbach também parece ter como base - e isso investigaremos também ao longo da pesquisa - uma perspectiva atea da natureza e da realidade. Entender como a reflexão moral de Holbach, que faz da felicidade seu valor maior e ao mesmo tempo é

expressão do seu materialismo e ateísmo, constrói-se e se viabiliza é o propósito principal deste projeto.

Objetivos

São dois os objetivos principais desta pesquisa em nível de iniciação científica sobre o pensamento moral do Barão de Holbach: 1) estudar e entender o diagnóstico e a crítica do pensamento materialista e ateu de Holbach à moral tradicional da Europa do século XVIII, mais precisamente à moral religiosa de base judaico-cristã; 2) estudar e apresentar de forma crítica a proposta iluminista, laica, ateia, materialista e eudemonista de Holbach como alternativa a essa moral tradicional e de base religiosa.

Metodologia

Leitura, análise e fichamento dos textos da bibliografia principal e crítica, bem como redação de textos com base nos textos lidos e refletidos.

Viabilidade

Não se aplica.

Cronograma

Primeiro semestre: 1) pesquisa bibliográfica, 2) leitura e fichamento da bibliografia principal, 3) orientações quinzenais, 4) redação de textos e do relatório parcial

Segundo semestre: 1) leitura e fichamento da bibliografia crítica, 2) orientações quinzenais, 3) participação em eventos de iniciação científica, 4) redação de textos e do relatório final

Bibliografia

Principal

- HOLBACH, Barão de. **A Moral Universal** ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza, tradução Regina Schöpke, Mauro Baladi, 1º Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Sistema da Natureza** ou Das Leis do Mundo Físico e do Mundo Moral, tradução Regina Schöpke, Mauro Baladi, 1º Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Crítica

- ÁVILA, Fábio Rodrigues de. **Natureza e Imanência**: O Sistema da Natureza de Holbach. - 1º ed.- São Paulo: Alameda, 2018.
- DESNÉ, Roland. **Os Materialistas Franceses**: De 1750 a 1800. Trad. Maria José Marinho. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1969.
- ONFRAY, Michel. **Contra-história da filosofia 4**: os ultras das Luzes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- SOUZA, Maria das Graças de. **Materialismo e História**: o caso do barão de Holbach. In *Dois pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 8, n.1, p. 23-36, abril, 2011.